

02 de Julho de 2025



**DEMOGRAFIA RURAL MOÇAMBICANA
EM 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA
MIGRAÇÃO, FECUNDIDADE E DINÂMICAS FAMILIARES**

Yasser Arafat Dadá¹

1. INTRODUÇÃO

Em 1975, Moçambique tornou-se independente com uma população predominantemente rural, elevada fecundidade e intensa mobilidade laboral herdada do período colonial. Passados 50 anos, o país passou por transformações demográficas, embora muitas tendências típicas da transição demográfica ainda estejam em curso e incompletas. A proporção da população a viver no meio rural diminuiu de cerca de 89% em 1975 para 62% em 2020, reflectindo um acentuado êxodo rural e crescimento urbano². No mesmo período, a população total triplicou de 10 milhões para mais de 30 milhões de habitantes, resultado de taxas fecundidade altas. A fecundidade média desceu de cerca de 6,7 em 1975 para 4,7 em 2020³, indicando o início de uma transição demográfica. Simultaneamente, a esperança de vida ao nascer aumentou de 43 anos em 1975 para 61 anos em 2020⁴.

Este Destaque Rural analisa de forma aprofundada as dinâmicas populacionais e familiares no meio rural moçambicano no período pós-Independência. Primeiramente, apresenta-se um enquadramento teórico conciso sobre transição demográfica, migração e estrutura familiar em contextos rurais. Em seguida, examina-se a evolução da população rural de 1975 a 2025. Avaliam-se os impactos dessas transformações demográficas na estrutura familiar rural, nos meios de subsistência das famílias camponesas e na organização produtiva rural. Por fim, apresentam-se considerações finais e recomendações de políticas públicas para enfrentar os desafios identificados. O texto apoia-se em dados empíricos de Censos nacionais (INE), estudos científicos e relatórios de entidades credíveis.

¹Economista e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade de Lisboa. Doutor em Estudos de Desenvolvimento. Director e Pesquisador do OMR.

²Dadá, Yasser Arafat (2024). Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique. Tese de Doutoramento. ISEG. Universidade de Lisboa.

³Veja os dados da população entre zonas em [Worldometers](https://www.worldometers.info/).

⁴World Bank. (2025). *World Development Indicators – Mozambique*. Washington, DC: The World Bank.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A teoria clássica da transição demográfica postula que as sociedades passam de um regime de alta mortalidade e natalidade para outro de baixa mortalidade e natalidade à medida que se desenvolvem. Nos países africanos, porém, este processo tem ocorrido de forma tardia e mais lenta do que noutras regiões do mundo⁵. Moçambique exemplifica essa trajetória: mesmo após ganhos na redução da mortalidade, a fecundidade mantém-se elevada. Factores socioculturais, como a valorização de famílias numerosas, casamento precoce e sistemas de apoio familiar alargados, contribuíram para esta descida mais gradual da taxa de natalidade. Embora esteja em curso uma transição demográfica, o país permanece numa fase em que a estrutura etária é muito jovem – cerca de 46% da população tinha menos de 15 anos em 2020 – e a proporção de idosos continua pequena (3% com 65+ anos). Isso significa que o dividendo demográfico está apenas a emergir⁶. Consequentemente, os desafios e oportunidades associados a essa transição (como a necessidade de investir em educação e emprego para uma população jovem em rápido crescimento) estão entre os motivos que torna urgente o debate.

As teorias clássicas de migração, como o modelo Push-Pull, defendem que os fluxos rural-urbano resultam de factores de atracção nas cidades (salários, serviços, oportunidades) e de expulsão no campo (pobreza, falta de terra, calamidades ou conflito). Em Moçambique, a migração rural-urbana intensificou-se na segunda metade do século XX: inicialmente, pela procura de trabalho assalariado (caso da migração de mineiros para a África do Sul) e, depois, pelo impacto da guerra civil, que provocou deslocações massivas por motivos de segurança e sobrevivência. A teoria da transição migratória (Zelinsky, 1971)⁷ sustenta que o êxodo rural aumenta numa fase intermédia do desenvolvimento, quando a pressão demográfica excede os recursos rurais e as cidades começam a expandir-se – padrão evidente em Moçambique, sobretudo após 1992 com o restabelecimento da paz em que se assistiu à urbanização acelerada. Contudo, a migração interna no país nem sempre foi voluntária ou económica⁸, tendo sido fortemente influenciada por conflitos, choques económicos (como o ajustamento estrutural dos anos 1980) e desastres naturais. No plano internacional, além dos fluxos históricos de trabalhadores para as minas e explorações agrícolas nos países vizinhos, ocorreram também movimentos de refugiados e a emigração

⁵Bongaarts, J., e Casterline, J. (2013). Fertility Transition: Is sub-Saharan Africa Different? *Population and Development Review*, 38(Suppl.), 153-168.

⁶Este fenómeno ocorre quando, devido a uma queda das taxas de fertilidade e mortalidade, se verifica um aumento relativo da população em idade de trabalhar (15 aos 64 anos).

⁷Zelinsky, W. (1971). The Hypothesis of the Mobility Transition. *Geographical Review*, 61(2), 219-249.

⁸Com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, terminou o controlo administrativo da circulação das pessoas para as cidades e foi estabelecida a liberdade de movimento de pessoas e bens.

para a África do Sul e outros países da SADC. Estes processos afectam o meio rural sobretudo através de remessas e mudanças nas estruturas familiares.

No que respeita às estruturas familiares rurais, estas caracterizam-se tradicionalmente por laços extensos, frequentemente multigeracionais, alinhados com a cultura. Práticas como a poligamia e o casamento precoce são prevalentes e têm impacto directo nos comportamentos demográficos – Moçambique mantém taxas elevadas de casamento prematuro e fecundidade⁹. Cerca de 20% das mulheres casadas vivem em uniões poligâmicas. No entanto, observa-se uma lenta transição para núcleos familiares mais restritos e um aumento de agregados chefiados por mulheres devido à migração masculina.

3. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO RURAL EM MOÇAMBIQUE NO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975–2025): TENDÊNCIAS, FACTORES E IMPLICAÇÕES

3.1. Crescimento Populacional, Fecundidade e Envelhecimento

Nos 50 anos após a Independência, a população total passou de cerca de 10 milhões em 1975 para aproximadamente 30 milhões em 2020. A maior parte deste aumento deu-se em áreas rurais, onde, apesar de uma redução percentual (89% para 62% da população total), o número absoluto de habitantes quase duplicou, atingindo cerca de 19 milhões de pessoas em 2020. Este crescimento persistiu mesmo em períodos de crise, como a guerra civil (1977-1992) e a epidemia de HIV/SIDA no final dos anos 1990. A taxa média de crescimento populacional anual manteve-se elevada (em torno de 2.5% a 3% ao ano nas últimas décadas), superando a média global e resultando numa forte pressão demográfica sobre as áreas rurais (Dadá, 2024).

A principal força motriz deste crescimento foi a elevada taxa de fecundidade, que se manteve nos níveis mais altos da África Subsaariana durante décadas¹⁰. Em finais dos anos 1970, as mulheres moçambicanas tinham, em média, entre 6 e 7 filhos. Só a partir dos anos 1990 se registou uma tendência descrente: a Taxa de Fecundidade Total (TFT) baixou para 5.9 em 1995 e 5.1 em 2015, situando-se actualmente entre 4.5 e 4.7¹¹. Este declínio explica-se sobretudo pela expansão da educação feminina, aumento da idade do primeiro casamento, maior acesso à contracepção e transformações nos valores sociais,

⁹Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). (2018). *Casamento Prematuro é um casamento forçado: vamos chamá-lo do que é*. Maputo: UNFPA Moçambique

¹⁰Dadá (2024). *População da África Subsaariana e do mundo 2000 – 2020*. Destaque Rural 230. Observatório do Meio Rural.

¹¹ Veja a evolução anual da TFT em [Country Economy](#).

particularmente nas cidades¹². Contudo, nas zonas rurais a fertilidade permanece significativamente mais alta, com as mulheres do campo a terem, em média, mais 1.5 filhos que as urbanas – reflexo da persistência de casamentos precoces e do limitado acesso a serviços de planeamento familiar (Dadá, 2024).

Em paralelo, a mortalidade – sobretudo infantil e juvenil – conheceu uma redução notável¹³. Em 1975, a esperança de vida ao nascer era de 43 anos passou para cerca de 61 anos em 2020, afectada por elevadas taxas de mortalidade infantil (superiores a 150 por mil nados-vivos)¹⁴. A trajectória, porém, foi marcada por retrocessos: a guerra civil provocou crises humanitárias e, nos anos 1990, a epidemia de HIV/SIDA fez subir a mortalidade de adultos, levando a uma estagnação ou mesmo diminuição da esperança de vida para valores entre 47 e 50 anos. A partir de 2004, a disponibilização de anti-retrovirais e acções preventivas permitiram o retorno à tendência crescente.

Estas dinâmicas produziram uma estrutura etária jovem, sobretudo no meio rural. A proporção de menores de 15 anos, que era de 44% em 1975, subiu para 46% em 2020. Este fenómeno, conhecido como *youth bulge*, resulta do efeito cumulativo de décadas de natalidade elevada. Nas zonas rurais, tal tendência é ainda mais acentuada, já que a migração retira sobretudo jovens adultos, retendo uma população maioritariamente composta por crianças, adolescentes e idosos dependentes. Por contraste, a proporção de idosos (65+ anos) manteve-se baixa, em torno de 3%, ao longo de todo o período. Nota-se, contudo, um crescimento absoluto do número de idosos, o que começa a desafiar os sistemas tradicionais de apoio familiar, sobretudo num contexto de mudanças sociais e fragilização das redes comunitárias. Ainda assim, o rácio de dependência mantém-se marcado pelo peso das crianças e não dos idosos, o que diferencia Moçambique de países em estágios mais avançados da transição demográfica.

Em síntese, cinco décadas de independência permitiram a Moçambique avançar parcialmente na transição demográfica: observou-se uma redução da mortalidade e um início de declínio da fecundidade, ainda que lento. A população rural permanece, porém, jovem e em rápido crescimento, situação que coloca enormes pressões sobre recursos naturais, infra-estruturas e serviços sociais. O aproveitamento do potencial dividendo demográfico exige, por isso, políticas de investimento em educação, saúde, criação de emprego e planeamento familiar, com foco no meio rural, para garantir que o crescimento populacional se traduza em desenvolvimento humano e económico sustentável.

¹²Bassi, M., Medina, O., e Nhampossa, L. (2018). [Education Service Delivery in Mozambique](#). World Bank.

¹³Instituto Nacional de Estatísticas (vários anos). [Anuários estáticos](#). INE. Moçambique.

¹⁴Veja a evolução anual da esperança de vida nos dados do [INDEX MUNDI](#).

3.2. Migração interna: êxodo rural e urbanização

Em 1975, o país era maioritariamente rural, com apenas 10% da população a residir em áreas urbanas, centradas sobretudo em Maputo (então Lourenço Marques) e capitais provinciais. Contudo, em 2020, a população urbana já representava aproximadamente 37% do total, tendo aumentado de cerca de 1 milhão para mais de 11 milhões. Este crescimento urbano acelerado tornou-se particularmente evidente após a década de 1990 (World Bank 2025).

O contexto político e de segurança nas décadas pós-independência foi determinante para as dinâmicas migratórias. A guerra civil, iniciada em 1977, originou deslocamentos forçados de milhões de moçambicanos. Entre 1979 e 1992, estima-se que 1,7 milhão procurou refúgio em países vizinhos como Malawi, Zimbabue, eSwatini e África do Sul, enquanto até 4 milhões terão sido deslocados internamente¹⁵. O Malawi, por exemplo, acolheu durante quase uma década mais de 1 milhão de refugiados moçambicanos, superando em alguns distritos a população local. As zonas sul e centro do país testemunharam o despovoamento temporário de inúmeras aldeias rurais, com as populações a procurar segurança nas cidades, vilas e campos de deslocados junto às principais estradas sob protecção militar.

Este êxodo rural forçado durante o conflito resultou numa urbanização repentina: cidades, como Maputo, Beira, Nampula e Tete receberam muita população rural, aumentando a pressão sobre infra-estruturas urbanas já limitadas e provocando a proliferação de bairros suburbanos. Com o Acordo Geral de Paz, em 1992, assistiu-se a um movimento de retorno igualmente massivo. Programas de repatriamento, coordenados pelo *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR), facilitaram o regresso de cerca de 1,3 milhão de refugiados e de muitos deslocados internos às suas zonas de origem. Porém, uma parte das famílias deslocadas optou por permanecer nas periferias urbanas, consolidando o seu afastamento definitivo do espaço rural¹⁶.

A estabilização pós-guerra trouxe consigo novos fluxos migratórios internos, desta vez motivados principalmente por factores económicos. O processo de liberalização económica na década de 1990, bem como a expansão de sectores económicos, como a construção civil, a indústria manufactureira e o sector informal, atraiu jovens rurais para as cidades em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Em simultâneo, alguns pólos rurais tornaram-se atractivos para migração sazonal e intra-

¹⁵Migrants & Refugees Section. (2021). *Migration Profile: Mozambique*. Vatican City: Migrants & Refugees Section of the Dicastery for Promoting Integral Human Development.

¹⁶Disponível em <https://www.unhcr.org/>

regional, impulsionados por *booms* agrícolas (tabaco em Tete e Niassa) ou actividades extractivas (garimpo de pedras preciosas em Nampula e Cabo Delgado)¹⁷.

Estas mobilidades alteraram a distribuição populacional nacional. As províncias costeiras e do sul, mais urbanizadas, aumentaram o seu peso relativo em termos demográficos. A migração selectiva por idade e género contribuiu para a chamada “feminização” das zonas rurais: homens migraram em maior proporção para procurar emprego urbano ou nas minas da África do Sul, ficando as mulheres como principais responsáveis pelas machambas e chefes de agregado familiar. Os censos moçambicanos evidenciam este desequilíbrio, com vários distritos rurais a apresentarem predominância feminina em idades activas¹⁸.

Não obstante, algumas áreas peri-urbanas assistiram à emergência de agregados familiares “semi-migrantes”, com famílias dividindo residência entre campo e cidade, consoante as épocas agrícolas ou as oportunidades de rendimento. Este duplo enraizamento reflecte estratégias de sobrevivência e diversificação de rendimentos.

Importa sublinhar que a urbanização em Moçambique resulta, não apenas da migração, mas também do crescimento natural da população urbana, já que as cidades apresentam taxas de natalidade e esperança de vida ainda elevadas. Estima-se que o crescimento urbano anual rondou 4,4% nas últimas décadas, combinando migração e elevada fecundidade urbana¹⁹.

Para o meio rural, a emigração de jovens teve efeitos contraditórios. Por um lado, aliviou a pressão sobre recursos locais e permitiu remessas que sustentam agregados familiares. Por outro, contribuiu para a perda de capital humano, levando ao envelhecimento relativo da população rural, que passou a ser predominantemente feminina, infantil e relativamente mais envelhecida. Esta alteração demográfica impõe desafios à produtividade agrícola, à transmissão intergeracional de conhecimento e à coesão das comunidades rurais, levantando questões sobre a sustentabilidade da vida rural.

¹⁷Observatório do Meio Rural. (2016). *Movimentos migratórios para áreas de concentração económica em Moçambique*. Coordenado por Feijó e Macamo. Maputo: OMR.

¹⁸Por exemplo, na província de Manica, o distrito de Chimbanila apresenta uma população em idade activa de 1.084.477 indivíduos, dos quais 574.971 são mulheres (53%) e 509.506 são homens (47%), evidenciando uma predominância feminina nesta faixa etária. Instituto Nacional de Estatística (INE). (2019). *Resultados Definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*. Maputo: INE.

¹⁹Veja a evolução anual da esperança de vida nos dados do [World Data](#).

3.3. Migração internacional e diáspora

Moçambique apresenta uma longa e complexa história de migrações internacionais, enraizada nas áreas rurais. Desde o início do século XX, acordos coloniais levaram moçambicanos a migrar, sobretudo para as minas da África do Sul. Províncias, como Gaza, Inhambane e Maputo, consolidaram um sistema de migração laboral circular: jovens partiam para trabalhar em minas e construção civil sul-africanas, enviando remessas às famílias nas aldeias de origem²⁰. Este fenómeno manteve-se, apesar de oscilações, ao longo do tempo, incluindo no pós-independência. Em 1975, com a independência de Moçambique e o agravamento das relações com o regime do apartheid, a África do Sul reduziu drasticamente o recrutamento de mineiros moçambicanos, passando de 118 mil em 1975 para 41,3 mil em 1977. Este repatriamento forçado de cerca de 90 mil trabalhadores desencadeou uma crise económica nas regiões rurais dependentes das remessas, agravando a pobreza e a insegurança alimentar²¹. Contudo, a migração laboral para a África do Sul viria a retomar, de forma formal e informal, e permanece relevante: Estima-se que, actualmente, cerca de 42 mil moçambicanos estejam empregados em empresas mineiras e 11 mil a trabalharem no sector agrícola na África do Sul. As remessas continuam a ser uma fonte importante de rendimento, representando cerca de 2% do PIB do país²². Estes recursos sustentam investimentos em habitação, aquisição de terras e pequenos negócios, dinamizando as economias locais.

Outro vector importante da migração externa foi forçado pela guerra civil: cerca de 1,7 milhões de moçambicanos tornaram-se refugiados nos anos 1980, afectando a demografia de distritos fronteiriços. O Malawi acolheu mais de 900 mil refugiados, maioritariamente originários de zonas rurais de Zambézia e Tete, enquanto o Zimbabwe e a Tanzânia também receberam dezenas de milhares de refugiados. O regresso ocorreu quase na totalidade após 1992, mas parte dessas famílias ficou nos países de acolhimento, criando diásporas moçambicanas com diferentes níveis de ligação às comunidades de origem²³.

No pós-guerra, surgiram novas tendências migratórias, incluindo a emigração de moçambicanos qualificados ou para qualificação para Portugal, Brasil e Reino Unido, e de semiquualificados para países dos PALOP, sobretudo Angola. Apesar de pequena dimensão, estes fluxos representam uma fuga de cérebros, muitas vezes com impacto nas comunidades rurais que investiram na educação dos seus membros. Paralelamente,

²⁰Lubaszewski, N. (2016). *Migração laboral moçambicana para a África do Sul: continuidade e mudança*. Universidade de Lisboa.

²¹Castel-Branco, C. N. (2020). *Desafios para Moçambique 2020*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

²²Voz da América. (2014, 12 de Dezembro). *Remessas de trabalhadores moçambicanos na África do Sul atingem 416,2 mil euros*.

²³United Nations High Commissioner for Refugees. (2000). *The State of the World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*. Oxford University Press.

Moçambique registou alguma imigração associada a grandes projectos de gás e mineração, sobretudo em zonas rurais do norte e centro, embora o saldo migratório nacional do campo para a cidade permaneça com maior perda para o campo.

No quotidiano rural, a migração internacional reflecte-se em múltiplos domínios: muitos lares têm falta dos membros ausentes no estrangeiro e dependem de remessas, que suportam estratégias de sobrevivência e influenciam decisões familiares e investimentos²⁴. No entanto, a ausência prolongada pode fragilizar a estrutura familiar, com as mulheres a assumir chefia de família e eventual erosão dos laços comunitários. Assim, a migração internacional de moçambicanos, ao longo de cinco décadas, produziu impactos económicos e sociodemográficos duradouros, reconfigurando famílias e comunidades rurais.

3.3. Estruturas familiares, meios de subsistência e organização produtiva rural

As dinâmicas demográficas descritas influenciaram as estruturas familiares rurais e os modos de vida. A família rural tem sido simultaneamente agente e vítima dessas transformações, adaptando estratégias de sobrevivência e reprodução social a um contexto em mutação.

Em termos de estrutura familiar, uma tendência evidente nas últimas décadas foi o aumento dos AFs chefiados por mulheres nas zonas rurais. De acordo com inquéritos do INE, em algumas províncias mais de 30% dos AFs rurais são chefiados por mulheres. A literatura sugere que, apesar dos constrangimentos (acumulação de funções produtivas e reprodutivas), as famílias sob liderança feminina conseguem manter níveis de bem-estar equivalentes ou até superiores em certos aspectos (maior investimento na educação dos filhos)²⁵.

A estrutura familiar rural permanece, em grande medida, assente em agregados extensos. A coabitação de avós, tios, sobrinhos ou outros parentes próximos funciona como um “seguro social” face à ausência de uma protecção social institucional eficaz nas zonas rurais. Estas redes de apoio revelaram-se particularmente importantes nos seguintes

²⁴Estudos indicam que estas remessas têm um impacto imediato nos orçamentos familiares, contribuindo para a monetarização das comunidades rurais e possibilitando investimentos em bens de consumo e meios de produção. Chandamela, M. (2023). *Antes de as mineradoras chegarem, produzíamos muito... agora, já não: Impacto da mineração do carvão na produção agrícola das comunidades circunvizinhas às minas em Moatize*. Observador Rural N° 138. Observatório do Meio Rural.

²⁵International Fund for Agricultural Development. (2025). *Mozambique*. Investing in Rural People.

contextos: durante a guerra, migrações, conflitos, continuidade da produção agrícola e gestão dos bens dos migrantes²⁶.

No plano dos meios de subsistência, a pequena agricultura familiar mantém-se como base económica, mas num quadro de crescente diversificação e pressão sobre os recursos. O cultivo de alimentos básicos — como mandioca, milho e mapira — para consumo próprio continua central, mas o acesso à terra tem vindo a diminuir devido ao crescimento populacional. Esta limitação, a par da degradação dos solos, leva a produtividades baixas, o que obriga as famílias a diversificar as actividades: criação de pequeno gado, pesca artesanal, apanha de produtos florestais e, cada vez mais, integração em actividades não-agrícolas, como comércio informal, prestação de serviços locais ou migração laboral sazonal, interna ou externa²⁷.

Um fenómeno particularmente relevante é o papel das remessas. Estas transferências, monetárias ou em bens, contribuem para equilibrar orçamentos, financiar cuidados de saúde, educação ou pequenas iniciativas produtivas²⁸. Na zona Sul, o recebimento de remessas tornou-se parte estruturante da economia familiar, havendo distritos onde esta dependência tem décadas²⁹. Apesar destas estratégias, a pobreza rural continua a afectar cerca de 60% dos moçambicanos residentes no meio rural. Muitas famílias permanecem vulneráveis a choques, como secas, ciclones ou pragas agrícolas, dependendo da solidariedade comunitária e das remessas para enfrentar períodos de crise.

As mudanças profundas na organização produtiva rural foram impulsionadas por políticas públicas, dinâmicas demográficas e contextos internacionais. No período pós-independência, o Estado apostou num modelo socialista, de aldeias comunais e empresas agrícolas estatais, mas a resistência local, conflitos armados e falta de adaptação às realidades rurais comprometeram o sucesso dessas experiências³⁰. Com as reformas económicas dos anos 1980-90, a agricultura familiar ganhou centralidade, terras foram redistribuídas e incentivos à produção e à entrada do sector privado tornaram-se motores do sector agrícola³¹.

²⁶ Francisco, A. (2010). [O papel das redes familiares na protecção social em Moçambique](#). In Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), *Protecção Social em Moçambique* (pp. 39–60). Maputo: IESE.

²⁷ Marassiro, M. J., Oliveira, M. L. R. de, & Pereira, G. da P. (2021). Agricultura familiar em Moçambique: Características e desafios. *Research, Society and Development*, 10(6).

²⁸ Carling, J. (2004). *Fonction économique et sociale des transferts de fonds des migrants. Cahiers d'Études Africaines*, 44(175), 539-558. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1808>

²⁹ FinMark Trust. (2024). *Papel das Mulheres nas Remessas Transfronteiriças: Um estudo sobre os corredores da África do Sul para o Malawi, Moçambique e Zimbabwe*. FinMark Trust

³⁰ Hanlon, J. (1991). *Mozambique: Who Calls the Shots?* James Currey;

³¹ Castel-Branco, C. (2002). *Economic Linkages between Mozambique and South Africa*. SARPN.

Actualmente, a produção agrícola moçambicana é dominada por pequenos produtores que, segundo IFAD e FAO, garantem o sustento de mais de 70% da população e representam cerca de 80% da força de trabalho³². Apesar desta centralidade, a agricultura contribui com apenas 25% do PIB, reflexo de baixa produtividade, limitada mecanização, acesso restrito a insumos e forte dependência da chuva (menos de 5% das áreas cultivadas têm irrigação)³³. O rápido crescimento populacional agravou a pressão sobre a terra, diminuindo a área média por agricultor e limitando a geração de excedentes para o mercado.

No seio familiar, a divisão sexual do trabalho rural foi-se alterando: as mulheres, que asseguram mais de metade da força de trabalho agrícola, assumem crescentemente funções de gestão de rendimento e comercialização, embora persistam desigualdades no acesso à terra e ao crédito³⁴. Programas públicos e de parceiros têm promovido o empoderamento económico feminino, reconhecendo o impacto positivo da autonomia das mulheres no bem-estar das famílias³⁵.

O sector rural permanece vulnerável a choques climáticos (ex.: ciclones IDAI e KENNETH) e à variabilidade de preços internacionais. As comunidades recorrem a estratégias adaptativas, como migração, adopção de novas culturas e integração em mercados mais amplos graças à expansão de infra-estruturas e comunicações³⁶. Estas transformações, ainda que lentas, mostram a capacidade de resiliência e inovação dos agregados rurais, que combinam tradição, inovação e integração comercial para sobreviver num contexto demográfico e ambiental cada vez mais exigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cinquenta anos após a independência, Moçambique apresenta um cenário demográfico e rural em transformação. A população cresceu de modo exponencial, permanecendo maioritariamente rural, mas com uma urbanização acelerada. Iniciou-se a transição demográfica, mas com fecundidade ainda elevada e população jovem. As migrações internas e externas reconfiguraram a distribuição populacional e a estrutura das oportunidades, enquanto as famílias rurais reinventam estratégias para sobreviver entre tradição e modernidade. Estas dinâmicas têm implicações directas no desenvolvimento

³² IFAD (2022). Rural Poverty in Mozambique. FAO (2023). Mozambique at a glance.

³³ FAO (2023). Mozambique at a glance.

³⁴ Nhantumbo, I. & Salomão, A. (2010). Biofuels, land access and rural livelihoods in Mozambique. IIED.

³⁵ FAO (2023). Gender and Land Rights Database: Mozambique.

³⁶ Siteo, A. et al. (2020). Climate change and adaptation in Mozambique. Climate Policy.

rural e nacional, exigindo políticas públicas multifacetadas e ancoradas em evidências empíricas.

- **Integração da dinâmica populacional no planeamento do desenvolvimento rural:**

As políticas de desenvolvimento rural não podem ser pensadas de forma isolada da realidade demográfica local. Nos distritos com alta densidade populacional, é fundamental o aumento da produtividade — recorrendo a técnicas de alto rendimento, irrigação e modernização dos métodos de produção — para evitar o aprofundamento do círculo de pobreza. Em contrapartida, nas áreas afectadas pelo êxodo rural, a concentração de povoados e serviços, bem como o aproveitamento de vocações alternativas, como o turismo rural ou a conservação ambiental, pode minimizar o abandono e estimular novas formas de desenvolvimento. O planeamento distrital deve usar projecções populacionais detalhadas, orientando a construção de escolas, unidades sanitárias e infra-estruturas produtivas.

- **Reforço da saúde reprodutiva e educação da rapariga rural:**

A continuação da transição demográfica depende do reforço da saúde sexual e reprodutiva, particularmente no meio rural, promovendo o acesso a planeamento familiar e oferta de contraceptivos. É importante combater o casamento precoce e a gravidez adolescente. Para tal, importa dinamizar campanhas de sensibilização junto de líderes locais, aplicar rigorosamente a legislação sobre casamento precoce e criar incentivos para manter raparigas na escola, por exemplo através de bolsas de estudo e escolas secundárias em zonas rurais. A evidência internacional demonstra que a educação feminina e o acesso ao planeamento familiar produzem ganhos significativos, tanto no empoderamento das mulheres, como na redução da fecundidade, promovendo melhores oportunidades para as famílias e para o país.

- **Promoção de emprego rural e retenção de jovens:**

A migração de jovens em idade activa, ainda que alivie pressões locais, retira dinamismo e capacidade produtiva nas zonas rurais de. Para contrariar esta tendência, é imperativo investir em infra-estruturas (estradas, electrificação, telecomunicações) e criar programas que tornem a agricultura e outras actividades rurais mais atractivas e lucrativas para os jovens. O microcrédito dirigido a jovens agricultores e o desenvolvimento de serviços e indústrias rurais (ecoturismo, artesanato, energias renováveis) podem contribuir para gerar empregos e evitar o êxodo forçado. A descentralização administrativa pode ser uma oportunidade para políticas locais inovadoras, ajustadas às especificidades de cada região.

- **Potenciar remessas e envolver as pessoas na diáspora no desenvolvimento rural:**

As remessas dos moçambicanos emigrados representam um importante potencial para dinamizar actividades produtivas no campo. Políticas públicas podem facilitar transferências de baixo custo para as zonas rurais, criar fundos de co-investimento comunitário e incentivar a transferência de conhecimentos através da participação de pessoas na diáspora qualificadas em projectos locais. É essencial negociar acordos bilaterais para migração laboral segura, protegendo os direitos dos trabalhadores e formalizando fluxos migratórios, de modo a maximizar benefícios e minimizar riscos sociais associados à migração irregular.

- **Apoio à agricultura familiar e à adaptação tecnológica:**

A agricultura familiar, que continua a ser a base económica rural, carece de investimentos. A produtividade pode ser aumentada com acesso ao DUAT, extensão rural e apoio à comercialização (melhores estradas, mercados e informação sobre preços). A mecanização apropriada à pequena escala, como tracção animal e alfaías simples, pode aliviar o peso do trabalho manual, especialmente sobre as mulheres. Tecnologias de baixo custo para armazenamento e irrigação, bem como a promoção da agricultura climaticamente inteligente (variedades tolerantes à seca, agro-florestação, conservação de solos) são decisivas para a resiliência face às mudanças climáticas.

- **Monitorização e investigação das dinâmicas rurais:**

O aprofundamento e actualização regular dos dados demográficos e socioeconómicos é essencial para políticas eficazes. O reforço da capacidade de instituições, como o INE e centros de pesquisa (universidades, Observatório do Meio Rural), permitirá investigações focadas sobre migração, impacto das remessas e mudanças nas normas familiares, orientando melhor o investimento público e privado.

A evolução das dinâmicas demográficas, migratórias e familiares rurais em Moçambique revela progressos — aumento da esperança de vida, famílias mais instruídas, mobilidade crescente — mas também desafios: pobreza, alta fecundidade, dependência de migração e desigualdades de género e geração. O meio rural mantém-se como o espaço central da identidade nacional, mas está em mudança. Compete às políticas públicas orientar essa mudança, reduzindo riscos e ampliando oportunidades para que o desenvolvimento rural seja inclusivo, sustentável e equilibrado, permitindo às famílias prosperar sem renunciar aos seus laços e meios de vida.